

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-CARATINGA

1
2 No dia 26 de março de 2024, às 09h00, foi realizada de forma online, a Reunião
3 Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga, CBH-Caratinga. Em
4 abertura à reunião, Juliana Vilela, analista da AGEDOCE, cumprimentou a todos os
5 presentes e passou a palavra ao presidente do CBH Caratinga, Thalles Judson, que
6 agradeceu a presença de todos. Na sequência, a analista fez a verificação de quórum,
7 onde foram contados 17 (dezesete) conselheiros presentes, preenchendo a
8 quantidade mínima de participantes presentes, que seriam 14 (quatorze). Passou-se
9 então para a próxima etapa da pauta, a primeira deliberativa, quando se aprovou sem
10 objeções e abstenções a ata da 40ª reunião extraordinária, realizada no dia 20 de
11 dezembro de 2023. Dando sequência, a analista da AGEDOCE, Juliana, iniciou-se o
12 principal item de pauta, a Deliberação Normativa *ad referendum n.º 101*, de 18 de
13 janeiro de 2024 — Dispõe sobre a revisão dos critérios e define os mecanismos e
14 valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos na área de atuação do Comitê da
15 Bacia Hidrográfica do CBH-Caratinga. A princípio, a palavra foi passada ao assessor
16 da AGEDOCE, Alex, para a apresentação e discussão da deliberação normativa. Alex
17 iniciou sua fala explicando sobre sua substituição a deliberação normativa de 2011,
18 relacionada a revisão de critérios e definição dos mecanismos de cobrança pelo uso
19 de recurso hídricos na área de atuação do comitê Caratinga. Logo após falou sobre
20 os principais pontos da nova deliberação, que visa a adoção dos mecanismos de
21 cobrança definido pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, bem como a
22 proposta de formação de um grupo de trabalho para discussão da metodologia de
23 cobrança nos comitês estaduais mineiros. Em 2021, o Conselho Estadual de
24 Recursos Hídricos de Minas Gerais publicou uma deliberação normativa visando
25 padronizar a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos no estado de
26 Minas Gerais. O objetivo era exercer a cobrança em bacias que ainda não exerciam
27 e adequar as cobranças para as bacias que já realizavam. No ano de 2023 foi feita
28 uma consulta ao IGAM para manter vigente a deliberação normativa de 2011, negado
29 o pedido, fez-se necessário a publicação de uma deliberação para padronização da
30 metodologia de cobrança no exercício de 2025. Ato contínuo, Alex apresentou o Art.
31 5ª da deliberação normativa, que aprova a criação do grupo de trabalho a ser

32 composto por membros dos seis comitês, visando aprofundar as discussões acerca
33 da metodologia e de valores de Política de Preço Unitário — PPU. Logo após, iniciou-
34 se a explicação sobre a metodologia de cálculo da cobrança pelo uso de recurso
35 hídricos com referência também ao lançamento de efluentes nos cursos d'água na
36 bacia Caratinga. Na captação de água a cobrança varia conforme o uso. Em relação
37 ao setor de agropecuária é feito uma média entre o valor outorgado e o valor medido,
38 este é o único setor que usa a média no cálculo. Em continuidade, Alex avisou que o
39 prazo para declaração do uso de recursos hídricos neste ano finalizará no dia 31 de
40 março. O conselheiro Savio perguntou o propósito da diferença no cálculo para o setor
41 agropecuário e se esse método irá interferir nos processos de outorga no futuro. Alex
42 abordou sobre o propósito da fórmula de cálculo, além disso, explicou que as
43 pequenas propriedades que não possui os mecanismos de medição utiliza os valores
44 outorgados, já em casos de grandes propriedades é utilizado o valor medido e assim
45 feito o controle dos volumes. Outrossim, enfatizou que as fiscalizações das outorgas
46 são feitas pelo IGAM. Em continuidade, Alex explicou que nos cálculos para os
47 setores de mineração para captação de água subterrânea, agropecuária e
48 saneamento o valor de captação é igual ao valor medido x PPU de captação, já para
49 os demais setores utiliza-se os valores outorgados x PPU. Por fim, explicou também
50 os tópicos posteriores da deliberação. O conselheiro Ronevon Huebra falou sobre a
51 instituição da cobrança na bacia do Rio Doce, salientou sobre importância do setor
52 agropecuário e expressou seu desejo em participar do grupo de trabalho. Em
53 conclusão, Ronevon perguntou se a deliberação normativa em questão irá abranger
54 as definições estabelecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Alex
55 respondeu que a deliberação normativa revoga a anterior de 2011 e que todo estado
56 está sendo regido por ela. A conselheira Nadia pediu a palavra e colocou em pauta
57 que a grande dificuldade atual é identificar quem é outorgado na bacia. Para mais,
58 perguntou se o IGAM pode disponibilizar ao comitê quem são os outorgados, pois
59 dessa forma será possível o comitê auxiliar nos processos de inadimplência ocorridos
60 na bacia. Alex respondeu que no site é apresentado o número da outorga e bacia que
61 ela foi realizada. Também pontuou que a mudança nos cálculos não provoca uma
62 variação significativa na arrecadação do comitê Caratinga. O que impacta mais é a
63 inadimplência que gera em torno de 30%. Nadia disse que desse modo, o comitê fica

64 dependente do estado para trabalhar a inadimplência, visto que no site não tem as
65 identificações necessárias. Em prosseguimento, Juliana esclareceu em complemento
66 a fala de Alex que a proposta das diretorias dos comitês mineiros é criar um grupo
67 conjunto para realizar discussões sobre mecanismos de valores e cobrança, para isso
68 era preciso ser indicados 2 (dois) representantes. Os conselheiros Nadia e Ronevon
69 foram indicados para o grupo de trabalho. Em sequência, foram realizadas as
70 apresentações dos relatórios de execução para as atividades no exercício de 2023,
71 no quesito de custeios e investimentos. Os relatórios devem ser apresentados ao
72 IGAM, porém anteriormente deve ser explicitado ao comitê o que foi previsto e o que
73 foi efetivado. Dessa forma, a palavra foi passada ao analista do administrativo
74 financeiro da AGEDoce, Miquéias, para articular sobre os investimentos da parcela
75 de custeio da entidade. Ronevon falou sobre a importância em ter o dinheiro
76 disponível para utilização em eventos e demais atividades, mas também enfatizou a
77 importância de melhorar o gerenciamento do desembolso dos recursos. Miqueias
78 concordou com a fala de Ronevon e salientou que como houve uma sobra de recursos
79 do último exercício há uma maior segurança nos planejamentos realizados, contudo
80 em todas as ações é considerado o pensamento de curto e médio prazo, além de
81 trabalhar para maximizar as atividades. Em sequência, a Analista, Juliana, prosseguiu
82 apresentando sobre a parcela de investimento dos recursos da cobrança, inicialmente
83 o relatório apresenta algumas informações institucionais e uma apresentação do
84 plano de aplicação anual, respectivamente. A princípio apresentou a estrutura do
85 PAP, que se baseia em 3 (três) eixos: “Programas e ações de Gestão”, “Programas
86 e ações de Planejamento” e “Programas e ações Estruturais”. Em sequência foi
87 apresentado a prestação de contas do que efetivamente foi executado. Alguns pontos
88 principais do primeiro eixo foram o fortalecimento do comitê com custeio para
89 participação dos membros em eventos e a parte de comunicação social. Algumas
90 rubricas nas quais havia recursos alocados não ocorreu o desembolso, visto que a
91 organização das reuniões presenciais do comitê funcionou em função de parcerias,
92 dessa forma não foi necessário desembolso. Contudo, há uma demanda dos comitês
93 para realização de mais reuniões presenciais, logo se realiza a contratação de uma
94 empresa para organização das reuniões e a colaboradora Gisely está a frente para
95 conclusão desta ação. A previsão é finalizar o processo para que no primeiro

96 semestre já esteja em andamento as reuniões presenciais. Para mais, apresentou as
97 demais despesas e contratações do comitê, bem como os eventos e atividades
98 envolvidas. No segundo eixo foi enfatizado o programa Protatar Projetos, tanto para
99 elaboração de projetos para sistemas de esgotamento sanitário, quanto para sistemas
100 de abastecimento de água, no programa foram contemplados os municípios de
101 Sobralia, São Sebastião do Anta e Inhapi. Além disso, foram abordados também
102 aspectos dos investimentos no âmbito do Rio Vivo. O conselheiro Ronevon fez
103 considerações sobre o desenvolvimento do projeto de construção do Rio Vivo e
104 demonstrou sua satisfação com os atuais resultados. A conselheira Nadia discursou
105 sobre a dificuldade inicial dos produtores aceitarem o cercamento das nascentes em
106 suas propriedades, porém neste ano ela observou um amadurecimento do produtor
107 em relação aos cuidados com suas nascentes. A conselheira Jane falou sobre a
108 procura do programa Rio vivo pelas pessoas de seu município, e com isso apresentou
109 sua percepção de uma maior preocupação da sociedade com o meio ambiente. Por
110 fim, Juliana expressou sua satisfação em relação às falas dos conselheiros.
111 apresentou o relatório com as atividades executadas pelo comitê durante o ano de
112 2023, além disso, realizou uma breve explicação sobre o evento de integração em
113 Ouro Preto, inscrições e informações gerais. Nadia propôs que fosse estabelecido um
114 prazo para as inscrições. Juliana sugeriu o dia 8 (oito) de abril, como prazo final.
115 Ronevon colocou que seria importante contemplar diversidade de segmentos como
116 poder público estadual, municipal e possibilitar a representação de todos. Por fim, a
117 palavra foi passada ao presidente do comitê, Thalles Judson, que agradeceu a
118 presença de todos. Sem mais itens de pauta, a reunião foi encerrada. A gravação da
119 plenária está disponível no canal do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Doce, no
120 YouTube, e poderá ser acessada pelos links:

121

122 https://www.youtube.com/watch?v=GRgp_ywe324

123

THALLES JUDSON

124

Presidente do CBH - CARATINGA